



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

**ATA DA 192ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

LOCAL: Sala de reuniões – 8º andar, Rua Esteves Júnior, 160, Florianópolis/SC. CEP 88015-130

DATA: 21 de maio de 2015

HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:

Murilo Ronald Capella, Clécio Espezim, Karin Geller, Lucia Regina Schultz, Cristina Pires, Fabio Gaudenzi Faria, Paulo Orsini, Raquel Bittencourt, Eduardo Macário, Lisete Contin, Geraldo Azzolini, Grace Berenhauser.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:

Sidnei Bellé (Caibí); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Cristiane Willi (Jaraguá do Sul); Telma Regina Bley (Canoinhas); Silvano Cardoso Antunes (Otacílio Costa); Névio Mortari (Ita); Carla Roberta Ludka Motta (Bela Vista do Toldo); Nédio Luiz Conci (Xanxerê); Edson Luiz Medeiros (Santa Cecília).

APROVAÇÃO DA ATA

A Ata da CIB 191ª de 23 de abril de 2015.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A 192ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13hs, com a presença dos Membros acima descritos, sob a Coordenação do Coordenador da CIB/COSEMS Sidnei Bellé.

1 DELIBERAÇÕES

2

3 a) PPI: TRANSFERÊNCIAS DE GESTÃO E REMANEJAMENTOS

4 A CIB **APROVOU** os remanejamentos, ajustes e alterações de fluxos da Programação Pactuada
5 e Integrada – PPI. Foi incluída uma alteração de Concórdia. Também há solicitação de São
6 Lourenço do Oeste sobre a revisão da pactuação de Pato Branco com Santa Catarina, no que se
7 refere aos exames de mamografia.

8

9 b) RATIFICAÇÕES DE ORDENS DE SERVIÇO E CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

10 A CIB **RATIFICOU** a ordem de serviço de Porto Belo; certificados de conclusão de obra de
11 Bombinhas, Monte Castelo, Belmonte, São João Batista e alteração de endereço da construção
12 de unidade básica de saúde de Bom Jardim da Serra.

13

14 c) DIRETRIZES DE SAÚDE MENTAL PARA SANTA CATARINA

15 A CIB **APROVOU** as Diretrizes para o Cuidado no Estado de Santa Catarina: **Saúde Mental,**
16 **Álcool e outras Drogas.** As diretrizes e o detalhamento constarão desta Deliberação. Nédio
17 Conci, Secretário Municipal de Saúde de Xanxerê, cita que terá dificuldades para implantar esse
18 novo modelo proposto, considerando que não há uma rede estruturada para isso no momento,
19 que não possui condições para tratar usuário de droga fora do local do drogado ou da
20 comunidade. Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, esclarece que os



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

21 municípios não necessitam se adequar de imediato. Isso pode ocorrer gradativamente até 04
22 anos. Mas, que os novos serviços implantados, devam seguir essas diretrizes propostas hoje.
23 Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, sugere que cada CIR
24 discuta as suas particularidades para que todos possam avançar em Saúde Mental em Santa
25 Catarina. Clécio Espezim, Superintendente de Planejamento e Gestão, reforça que a proposta se
26 trata de diretrizes e não modelo estático e que também serão realizados vários Fóruns Regionais
27 em Santa Catarina. Murilo Ronald Capella, Coordenador da CIB/SES, lembra que a discussão é
28 sobre diretrizes e da importância de Santa Catarina adotar um modelo.

29

30 **d) COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA PARA ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DE HIV/AIDS/SC**
31 A CIB **APROVOU** a relação de municípios estratégicos e a composição do grupo técnico
32 condutor visando a celebração do acordo de cooperação técnica com o objetivo de construir uma
33 agenda interfederativa com vistas a responder a situação epidemiológica das DST/AIDS e
34 Hepatites Virais no Estado de Santa Catarina, no que se refere a: mortalidade por aids;
35 coinfeções: tuberculose e hepatites virais; foco nas ações de prevenção para populações
36 vulneráveis; aumento da capacidade e eficiência dos serviços de saúde; expansão da
37 oportunidade de acesso ao diagnóstico rápido, e aprimoramento da gestão. Os Municípios
38 estratégicos são os listados a seguir: Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Chapecó,
39 Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça e São José. Para
40 cumprimento deste objetivo, será constituído um Grupo Técnico Condutor da Cooperação
41 Interfederativa por meio de portaria do Secretario de Estado da Saúde. Este grupo deverá
42 apresentar um plano de ação que contemple ações de assistência e vigilância em saúde,
43 prevenção, promoção e controle, pesquisa, com vistas a reverter a situação da epidemia no
44 Estado de SC, devendo ser realizadas no bojo de programas de governo, devidamente instituídos
45 por Portaria do MS previamente aprovada pela CIT ou por intermédio de convênio. O Grupo
46 Técnico condutor poderá compor Câmaras Técnicas a fim de subsidiar seus trabalhos, de acordo
47 com as necessidades.

48

49 **e) APROVAÇÃO DAS NORMAS PARA O REPASSE FINANCEIRO E EXECUÇÃO DO COMPONENTE**
50 **BÁSICO (MEDICAMENTOS) NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À**
51 **SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL.**

52 A CIB **APROVOU** as normas para o repasse financeiro e execução do Componente Básico da
53 Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das
54 Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional em Santa Catarina. A execução e o recurso
55 financeiro do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional
56 de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
57 em Santa Catarina, serão de forma descentralizada aos municípios que aderirem à Política. O
58 repasse do recurso financeiro será anual e conforme a adesão do município ao PNAISP. O
59 município é considerado aderido após o envio dos documentos pelo FORMSUS ao Ministério
60 da Saúde. É de responsabilidade de o município comunicar a Diretoria de Assistência
61 Farmacêutica (DIAF) sobre a adesão ao PNAISP. É necessário o envio de Ofício à Direção
62 informando sobre a adesão, os dados bancários para o recebimento do recurso financeiro, e
63 cópia do formulário FORMSUS encaminhado ao Ministério da Saúde, através do email:
64 geaaf@saude.sc.gov.br. O financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica
65 no âmbito do PNAISP é de responsabilidade do Ministério da Saúde. Este financiamento é
66 exclusivo para a aquisição dos medicamentos e dos insumos para controle de diabetes que
67 estejam relacionados ao Componente Básico da AF da Relação de Medicamentos Essenciais



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

68 (RENAME) vigente. Deverá ser considerada a Relação Municipal de Medicamentos
69 (REMUME) e insumos para a o atendimento da população privada de liberdade. O repasse do
70 recurso financeiro referente ao exercício 2014 será transferido pelo fundo estadual de saúde para
71 o fundo municipal de saúde. O valor corresponde a R\$ 17,73 (dezessete reais e setenta e três
72 centavos) por pessoa privada de liberdade no Sistema Prisional. O valor total que a Diretoria de
73 Assistência Farmacêutica (DIAF) repassará aos municípios aderidos ao PNAISP no ano de
74 2014, será baseado na população privada de liberdade multiplicando-se o valor de R\$ 17,73. O
75 valor será corrigido anualmente, considerando-se a base populacional informada pelo Sistema
76 Oficial da Secretaria de Justiça e Cidadania de Santa Catarina. Para acesso aos medicamentos
77 constantes nos Componentes Especializado e Estratégico da Assistência Farmacêutica, os
78 municípios deverão seguir as Portarias vigentes e normativas da SES já estabelecidas. Os
79 municípios serão responsáveis pela gestão e execução do Componente Básico da Assistência
80 Farmacêutica no PNAISP. Os municípios deverão informar ao Ministério da Saúde até o dia 15
81 de cada mês os registros referentes às entradas, saídas e dispensações de medicamentos
82 ocorridas em todo o mês anterior. Estas informações deverão ser enviadas por meio do serviço
83 WEB SERVICE para os municípios que possuem sistema próprio ou através do Sistema
84 HÓRUS. Nos casos em que for verificada a execução integral do objeto originalmente pactuado
85 e constatada a sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento
86 dos recursos e suas aplicações nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.
87 Nos casos em que for verificada a não execução integral ou a existência de recurso financeiro
88 repassado aos Municípios e que não foram executados, seja parcial ou totalmente, o mesmo
89 estará sujeito à devolução do recurso financeiro transferido e não executado acrescido da
90 correção monetária, prevista em lei, observado o regular processo administrativo. Nos casos em
91 que for verificado que os recursos financeiros repassados aos municípios foram utilizados, total
92 ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento
93 disposto na Lei Complementar nº 141 de 3 de janeiro de 2012 e no Decreto 7.827 de 16 de
94 outubro de 2012. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau,
95 sugere que os recursos dos municípios que ainda não aderiram à política, sejam remanejados
96 para os municípios que já dispõem de sistema prisional, que aderiram a política..

97

98 **f) TRS – PAGAMENTO DOS RECURSOS: PRODUÇÃO EXCEDENTE**

99 A CIB **APROVOU** o pagamento complementar do déficit, competência agosto a dezembro de
100 2014, totalizando R\$ 935.194,30 (novecentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e quatro reais,
101 e trinta centavos). O valor de R\$ 726.051,02 (setecentos e vinte e seis mil e cinqüenta e um reais
102 e dois centavos) para os municípios sede do serviço em Gestão Plena. O valor de R\$ 209.143,28
103 (duzentos e nove mil e cento e quarenta e três reais e vinte e oito centavos) para a Gestão
104 Estadual. Os municípios estarão relacionados nesta Deliberação.

105

106 **g) PLANO ‘PROGRAMA MAIS MÉDICOS’**

107 A CIB **APROVOU** o Plano de Trabalho para o uso do recurso de custeio para manutenção e
108 execução das atividades das Comissões de Coordenação Estadual do PROVAB, que trata a
109 Portaria 568 de 05 de abril de 2013. Plano de Trabalho estará em anexo a esta Deliberação.

110

111 **h) EIXO CÂNCER – PROPOSTA DO PLANO ATUALIZADO DE QUIMIOTERAPIA PARA SC**

112 A CIB **APROVOU** a definição das referências existentes como UNACON/CACON, como
113 parte integrante do PLANO DA ONCOLOGIA, no que se refere aos pontos de atenção com
114 serviço de QUIMIOTERAPIA. Os serviços já existentes, e que encontram-se com pendências



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

115 para adequarem-se as normativas, serão mantidos até a sua regularização mediante a formação
116 de Complexos Hospitalares em Oncologia ou habilitação como UNACON/CACON, pelo prazo
117 máximo de 1 (um) ano, sendo que, após esse período, os estabelecimentos que não se
118 adequarem serão desabilitados. Aprovou também a possibilidade de expansão do serviço de
119 quimioterapia para a Região de Saúde do Extremo Oeste (São Miguel do Oeste), para absorver a
120 demanda que atualmente está referenciada para o Paraná. A Região de Saúde da Grande
121 Florianópolis, ponto de atenção sugerido para esta expansão é o Hospital de Caridade. Quanto a
122 Região de Saúde Nordeste, sugere-se a expansão para o Hospital Hans Dieter Schmidt, de
123 Joinville. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Blumenau, coloca que faltou
124 incluir São Bento do Sul no Plano de Expansão, no Planalto Norte. Consensuada a inclusão de
125 São Bento do Sul. Karin Geller lembra que, mesmo com o Plano de Expansão em São Miguel do
126 Oeste, há manifestação da Região de São Lourenço do Oeste em permanecer também com a
127 pactuação em Pato Branco, em função da proximidade geográfica.

128

129 **i) APROVAÇÃO DOS PLANOS DA VISA DOS MUNICÍPIOS**

130 A CIB **APROVOU** os Planos de Ação de Vigilância Sanitária 2014 a 2016, de Municípios de
131 Santa Catarina. Esses Planos foram avaliados e aprovados pela área técnica da Diretoria de
132 Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde – SES/SC. Raquel Bittencourt, Diretora
133 da Vigilância Sanitária, esclarece sobre a pactuação dessas ações: foram aceitas pactuações
134 mesmo com técnicos a capacitar que serão inseridos na programação de cursos da DIVS do 2º
135 semestre de 2015. Informa que em 05 de agosto será comemorado o dia Nacional de Vigilância
136 Sanitária e que a DIVS encaminhou a todos os municípios sugestão de atividades a serem
137 desenvolvidas naquele dia.

138

139 **j) CAPS DE SEARA**

140 A CIB **APROVOU** a habilitação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, no Município de
141 Seara.

142

143 **l) PRORROGAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO DA GRIPE**

144 A CIB **APROVOU** a prorrogação da campanha de vacinação contra a gripe em todo o Estado
145 de Santa Catarina para o dia 05 de junho de 2015. Após este período, as doses remanescentes
146 deverão estar disponíveis nos postos de saúde para vacinação das pessoas pertencentes aos
147 grupos prioritários, até o término das doses. Os municípios com coberturas abaixo da meta
148 estabelecida em todos os grupos prioritários deverão realizar atividades locais de divulgação da
149 vacinação, principalmente na busca ativa, ampliação do horário de funcionamento de postos de
150 vacinação, dias “D” de mobilização para vacinação contra a gripe aos sábados e implantação de
151 postos volantes.

152

153 **HOMOLOGAÇÃO**

154 **DELIBERAÇÕES AD REFERENDUM:** a CIB **HOMOLOGOU** as Deliberações de números 84/2015
155 a 96/2015, com exceção da Deliberação 90/2015 que já havia sido aprovada na reunião da CIB
156 de 23 de abril de 2015.

157

158 **DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS**

159 Não houve temas para discussões e encaminhamentos.

160

161 **DOCUMENTOS RECEBIDOS**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

162 – Termo de Ajuste Sanitário do Município de Agronômica.

163 – Termo de Ajuste Sanitário do Município de Mafra.

164

165 – Realizado vistoria para habilitar 12 leitos em Saúde Mental do Hospital Samária –
166 Comunidade Evangélica de Rio do Sul, Portaria 148/2012.

167

168 **INFORMES**

169 a) **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

170 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria encaminhou
171 o relatório de auditoria, referentes ao mês de abril de 2015, em andamento ou concluídas em
172 seus municípios.

173

174 b) **PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

175 A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica
176 encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica, para
177 que os gestores conheçam os processos de seus municípios.

178

179 c) **PAGAMENTOS**

180 Referente aos pagamentos aos municípios (repasse aos programas e serviços), Walter Manfroi,
181 Superintendente Financeiro da SES, informa que os repasses relativos ao ano de 2014 serão
182 quitados ainda este mês de junho de 2015. E iniciarão os pagamentos referentes ao ano de 2015,
183 também em junho de 2015, se tudo correr como previsto pela SES.

184

185 d) **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

186 Karin Geller, Diretora de Planejamento, Controle e Avaliação, informa sobre o Encontro de
187 Contas trimestralmente da Oncologia, a partir de janeiro de 2015. Esse encontro de contas será
188 realizado trimestralmente. Os encontros de contas da produção de 2013 e 2014 que estavam
189 suspensos serão incluídos no encontro de contas global. Maria Regina de Souza Soar, Secretária
190 Municipal de Blumenau, solicita que a SES fale com o COSEMS antes de ir à Região fazer o
191 encontro de contas. Telma Bley, Secretária Municipal de Saúde de Canoinhas, menciona que o
192 encontro de contas feito na época em que Maria Teresa Locks e Andréa Borb estavam na
193 gestão, eram encontros de contas muito loucos, que as contas da SES não batiam com as contas
194 dos municípios e que os municípios sempre deviam à SES. Que esses encontros de contas nunca
195 deram certos. Cristiane Willi, Secretária Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, cita que o
196 recurso é repassado somente para custeio e não para investimento. Sidnei Bellé, Coordenador
197 da CIB/COSEMS, solicita que se realize a atualização da PPI, tema que consta da 'Carta de Ita'.
198 Clécio Espezim informa que o tema já está na Pauta da Câmara Técnica de Gestão.

199

200 Nada mais havendo a tratar, eu, **Lourdes de Costa Remor**, lavrei a presente Ata, assinada por
201 mim e pelos Coordenadores.

202

203

Florianópolis, 21 de maio de 2015.